



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

75
m

227

Mandado de segurança nº 142186-7 – Comarca do Recife
Impetrante: Estado de Pernambuco.
Impetrado: Juiz de Direito da 21ª Vara Cível da Comarca do Recife.

EMENTA: PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ATO JUDICIAL. TERCEIRO PREJUDICADO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ISENÇÃO DE IPVA. SEGURANÇA CONCEDIDA DE FORMA UNÂNIME. 1. O Estado de Pernambuco, atingido pelos efeitos da decisão que isentou do IPVA a instituição financeira, em ação de busca e apreensão, ou seja, em feito do qual não participou, pode fazer uso da via mandamental para impugna-la, sem a necessidade de intervir na ação em curso. 2. Essa intervenção é mera faculdade que pode, ou não, ser exercida sem interferir no direito subjetivo do terceiro prejudicado ao uso do mandado de segurança contra ato que considerar ilegal ou abusivo. 3. Inteligência da Súmula nº 202 do STJ. 4. A Lei Estadual nº 10.849/92 estabeleceu que o adquirente do veículo, a qualquer título, é responsável pelo pagamento do imposto e acréscimo devidos, ainda que referentes aos exercícios anteriores à aquisição, não contemplando ao credor fiduciário nenhum tipo de isenção, mesmo porque tal hipótese afrontaria o art. 150, § 6º, da CF. 5. Ante a inexistência de previsão de isenção na hipótese de transferência de veículo para o alienante fiduciário, é ele o responsável pelo pagamento dos tributos, seja na condição de proprietário, detentor do domínio resolúvel, seja por ter a posse indireta do veículo. 6. Segurança concedida. 7. Decisão unânime.

5510

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos do mandado de segurança nº 142186-7, supra referenciado, julgado em sessão realizada no dia 21/01/2010, ACÓRDÃO os Desembargadores integrantes da 8ª Câmara Cível deste Tribunal de Justiça, à unanimidade, em conceder a segurança, nos termos do voto, da ementa e da resenha de julgamento em anexo, que fazem parte integrante deste julgado.

P.R.I.

Recife, 25 de Janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto – Presidente e relator



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO

8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Paes Barreto

228
40
C

Mandado de segurança nº 142186-7 - Comarca do Recife

Impetrante: Estado de Pernambuco.

Impetrado: Juiz de Direito da 21ª Vara Cível da Comarca do Recife.

RELATÓRIO

Como relatório adoto o da douta Procuradoria, de fls. 65/67, que leio, ali opinando-se pela concessão da segurança.

É o relatório.

Que seja o feito incluído em pauta para oportuno julgamento.

Recife, 05 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator

654
229

**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL**

MANDADO DE SEGURANÇA nº 0142186-7

8ª CÂMARA CÍVEL

RELATOR: DES. RICARDO PAES BARRETO

IMPETRANTE: ESTADO DE PERNAMBUCO

IMPETRADO: JUIZ DE DIREITO DA 21ª VARA CÍVEL DA COMARCA DO RECIFE-PE

PARECER

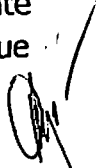
Trata-se de Mandado de Segurança impetrado contra sentença prolatada nos autos de Ação de Busca e Apreensão, em que o Magistrado *a quo* decidiu pela isenção da instituição financeira autora (Banco ABN AMRO REAL S.A.) do pagamento de IPVA e de multas por infrações às leis do trânsito pelo tempo em que o veículo passou na posse da parte ré.

Alega o Estado que a decisão do juiz singular representa flagrante violação aos limites subjetivos da coisa julgada, na medida em que se passaria a admitir que os efeitos da decisão judicial também atingiriam, de forma direta, quem não foi parte no processo. Ressalta, ainda, que é incabível afastar-se a responsabilidade do credor fiduciário pelos débitos do bem financiado, uma vez que tal isenção não está prevista na legislação atinente à matéria.

O Desembargador relator, após destrancamento do presente Agravo, determinado por acórdão da 2ª Turma do STJ o qual, em sede de recurso ordinário interposto pelo Estado, tornou sem efeito decisão terminativa outrora exarada, deferiu a liminar pretendida, "a fim de suspender os efeitos do capítulo da sentença vergastada referente à isenção do IPVA, determinando o restabelecimento do crédito tributário" relativo ao veículo de propriedade do já mencionado banco.

Eis o relatório. **Opino.**

Razão assiste ao impetrante. Acerca da matéria objeto do presente *mandamus*, tem-se que a Constituição da República dispõe, no seu artigo 150, § 6º, que



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL**

qualquer isenção relativa a impostos, taxas ou contribuições, só poderá ser concedida mediante lei específica, federal, estadual ou municipal. Ora, a Lei estadual nº 10.849/1992, a qual trata do IPVA no âmbito do estado de Pernambuco, prevê a responsabilidade solidária pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos do titular do domínio ou possuidor a qualquer título (artigo 10, II), excluindo, a *contrario sensu*, a configuração de hipótese de isenção no que tange ao alienante fiduciário.

Nesta esteira, cumpre transcrever a seguinte decisão:

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. TERCEIRO PREJUDICADO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ISENÇÃO DE IPVA. SÚMULA 202/STJ. LEI ESTADUAL Nº 10.849/92.

1. O Estado de Pernambuco, atingido pelos efeitos da decisão que isentou do IPVA a instituição financeira, em ação de busca e apreensão, ou seja, em feito do qual não participou, pode fazer uso da via mandamental para impugná-la, sem necessidade de intervir na ação em curso. Essa intervenção é mera faculdade que pode, ou não, ser exercida sem interferir no direito subjetivo do terceiro prejudicado ao uso do mandado de segurança contra o ato judicial que considerar ilegal ou abusivo (Súmula 202/STJ).

2. Aplicável o disposto no art. 515, § 3º, do CPC, que autoriza o imediato julgamento do mérito do writ.

3. A Constituição Federal, em seu art. 150, § 6º, determina que só mediante lei se poderá conceder isenção de taxas ou contribuições.

4. A Lei Estadual de Pernambuco nº 10.849/92 estabelece que o adquirente do veículo, a qualquer título, é responsável pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos, ainda que referentes aos exercícios anteriores à aquisição, não contemplando ao credor fiduciário nenhum tipo de isenção, mesmo porque tal hipótese afrontaria o art. 150, § 6º, da Constituição Federal.

5. Recurso ordinário em mandado de segurança provido.

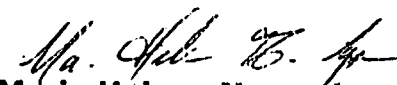
(RMS 24.854/PE, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 23/10/2007, DJ 08/11/2007 p. 209) (grifamos).



**PROCURADORIA GERAL DE JUSTIÇA
GABINETE DA 3ª PROCURADORIA DE JUSTIÇA CÍVEL**

Ante o exposto, opina esta Procuradoria de Justiça pela **concessão** da segurança pleiteada.

Recife, 16 de dezembro de 2009.


Maria Helena Nunes Lyra
3ª Procuradora de Justiça Cível



PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
8ª Câmara Cível

Gabinete Desembargador Ricardo Pass Barreto

97
m
232

Mandado de segurança nº 142186-7 – Comarca do Recife

Impetrante: Estado de Pernambuco.

Impetrado: Juiz de Direito da 21ª Vara Cível da Comarca do Recife.

VOTO

Verifico que a inicial do presente *mandamus* encontra-se instruída com provas pré-constituídas, dispensando dilação probatória e possibilitando seu julgamento.

Consta dos autos que o Banco ABN AMRO REAL S/A ajuizou Ação de Busca e Apreensão (001.1998.014135-5) em face de Cleonice Lins Ramos, visando a retomada do veículo Vectra GLS, placa KJM 5678, dado em garantia de contrato de financiamento com cláusula de alienação fiduciária, cujas prestações não forma adimplidas.

Consta ainda que a mencionada ação fora julgada procedente, fls. 26, no sentido de determinar rescindido o contrato e consolidar nas mãos da instituição financeira o domínio e a posse plena e exclusiva do bem, assegurando-lhe, por fim, a isenção dos encargos referentes à IPVA e multas de trânsito anteriores à data da respectiva apreensão e depósito do veículo objeto do contrato de arrendamento mercantil.

Ora, é cediço ser a isenção a dispensa legal do pagamento do tributo devido, e, segundo os termos do art. 150, § 6º, da CF, faz-se necessária a edição de lei específica para sua eventual concessão.

Em consonância com o dispositivo constitucional em tela, o art. 176 do CTN, prevê que “a isenção, ainda quando prevista em contrato, é sempre decorrente de lei que especifique as condições e requisitos para sua concessão, os tributos a que se aplica e, sendo caso, o prazo de sua duração”.

Segundo estabelece a Lei Estadual nº 10.849/92, em seu art. 10, II e IV, são responsáveis, solidariamente, pelo pagamento do IPVA e acréscimos devidos, tanto o proprietário fiduciário como o possuidor a qualquer título.

No sentido posto, o posicionamento do Superior Tribunal de Justiça, consoante aresto adiante ementado:

MANDADO DE SEGURANÇA. ATO JUDICIAL. TERCEIRO PREJUDICADO. ALIENAÇÃO FIDUCIÁRIA. ISENÇÃO DE IPVA. SÚMULA 202/STJ. LEI ESTADUAL Nº 10.849/92. 1. O Estado de Pernambuco, atingido pelos efeitos da decisão que isentou do IPVA a instituição financeira, em ação de busca e apreensão, ou seja, em feito do qual não participou, pode fazer uso da via mandamental para impugná-la, sem necessidade de intervir na ação em curso. Essa intervenção é mera faculdade que pode, ou não, ser exercida sem interferir no direito subjetivo do terceiro prejudicado ao uso do mandado de segurança contra o ato judicial que considerar ilegal ou abusivo (Súmula 202/STJ). 2. Aplicável o disposto no art. 515, § 3º, do CPC, que autoriza o imediato julgamento do

9

233 28
m

mérito do writ. 3. A Constituição Federal, em seu art. 150, § 6º, determina que só mediante lei se poderá conceder isenção de taxas ou contribuições. 4. A Lei Estadual de Pernambuco nº 10.849/92 estabelece que o adquirente do veículo, a qualquer título, é responsável pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos, ainda que referentes aos exercícios anteriores à aquisição, não contemplando ao credor fiduciário nenhum tipo de isenção, mesmo porque tal hipótese afrontaria o art. 150, § 6º, da Constituição Federal. 5. Recurso ordinário em mandado de segurança provido (RMS 24854/PE, T2, Rel. Min. Castro Meira, DJ 23/10/2007).

Portanto, a Lei Estadual nº 10.849/92 estabeleceu que o adquirente do veículo, a qualquer título, é responsável pelo pagamento do imposto e acréscimos devidos, ainda que referentes aos exercícios anteriores à aquisição, não contemplando ao credor fiduciário nenhum tipo de isenção, mesmo porque tal hipótese afrontaria o já citado artigo 150, § 6º, da CF.

Outrossim, ante a inexistência de previsão de isenção na hipótese de transferência de veículo para o alienante fiduciário, é ele o responsável pelo pagamento dos tributos, seja na condição de proprietário, detentor do domínio resolúvel, seja por ter a posse indireta do veículo.

Feitas estas considerações, voto pela concessão da segurança para determinar que os efeitos da decisão judicial impugnada não atinjam o Estado de Pernambuco, resguardando-se a este o direito de exigir do credor fiduciário, Banco ABN AMRO REAL S/A, os encargos referentes ao IPVA incidente sobre a propriedade do automóvel objeto da ação nº 001.1998.014135-5, não pagos no período anterior à data da respectiva apreensão e depósito, que se deu em 03/01/2005.

Recife, 21 de janeiro de 2010

Des. Ricardo Paes Barreto
Relator